

**ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**

**DIRETORIA JURÍDICA**

**Protocolo nº:** 1000000195.

**Assunto:** Inexigibilidade de licitação. Contratação de assinatura anual de licença de software de pesquisa e comparação de preços.

**Interessados:** APPA/CSUPR.

**Parecer Jurídico nº** 078/2025.

**EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. CONTRATAÇÃO DIRETA. INEXIGIBILIDADE. ART. 77, I, DO RILC/APPA. ART. 30, I, DA LEI Nº 13.303/2016. POSSIBILIDADE.**

Prezado Sr. Presidente,

**I – Relatório**

1. Trata-se de protocolo de iniciativa da Coordenadoria de Suprimentos e Compras da APPA (CSUPR), na qual justificada a contratação direta da empresa **NP TECNOLOGIA E GESTAO DE DADOS LTDA**, para fornecimento de assinatura anual para acesso à sistema/ferramenta de pesquisa e de comparação de preços praticados no âmbito do Setor Público, para fins de subsidiar, com relatórios gerados por esse meio, os processos de aquisição de bens e contratação de serviços gerais, da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina – APPA, para o período de 12 (doze) meses.

2. O protocolo veio instruído com os seguintes documentos e tramitações:

**ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**

**DIRETORIA JURÍDICA**

Documento
Comunicação interna CSUPR
Termo de Referência
Proposta comercial
Declaração de exclusividade
Declarações diversas
Preços praticados 2025
Contrato social
CNDS
Aprovação TR Diretor DAF
Autorização fase interna
Procedimento Registro CSUPR
Despacho COLIC
Demonstrativo SAP
Procedimento inexigibilidade COLIC
Declaração de adequação orçamentária
Minuta contratual

3. É, em síntese, o relatório.

## II - Dos limites da análise jurídica

4. Cumpre registrar, preliminarmente, que a análise aqui empreendida se circunscreve aos aspectos legais, de regularidade e demais temas assemelhados, dentro do procedimento em exame, não cabendo a esta unidade jurídica adentrar nos aspectos técnicos e econômicos, nem no juízo de oportunidade e conveniência da contratação pretendida, uma vez que estes fogem à sua alçada de conhecimento.

**ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**

**DIRETORIA JURÍDICA**

5. Os limites traçados decorrem da aplicação do princípio da deferência técnico-administrativa e do disposto no Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da Advocacia-Geral da União - AGU, in verbis:

A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.

6. Ainda, em paridade com o preceituado pela AGU, tem-se que o objetivo da manifestação jurídica é assistir a "autoridade assessorada no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem praticados ou já efetivados. Ela envolve, também, justamente apontar possíveis riscos do ponto de vista jurídico e recomendar providências, para salvaguardar a autoridade assessorada, a quem compete avaliar a real dimensão do risco e a necessidade de se adotar ou não a precaução recomendada.

7. Finalmente, cabe registrar que determinadas observações são feitas sem caráter vinculativo, mas em prol da segurança da própria autoridade assessorada, a quem incumbe, dentro da margem de discricionariedade que lhe é conferida pela lei, avaliar e acatar, ou não, tais ponderações. Não obstante, as questões relacionadas à legalidade serão apontadas para fins de sua correção. O prosseguimento do feito sem a observância destes apontamentos será de responsabilidade exclusiva da Administração.

8. Isto porque o conhecimento das nuances técnicas foge ao conhecimento desta DJU, e a invasão de tais limites, acabaria por macular o

**ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**

**DIRETORIA JURÍDICA**

procedimento administrativo, expondo-o a risco de falta de clareza e inadequação de análise.

**9.** Neste sentido, cabe destacar que, se num sistema de freios e contrapesos, o pronunciamento deste Jurídico se limita à sua competência por força do caráter não vinculativo das expressões manifestadas no parecer, é livre ao gestor ou ao corpo diretivo, o acompanhamento das recomendações aqui inseridas; conquanto o conhecimento interpretativo do contrato pode trazer divergências de posicionamento entre os seus leitores/gestores.

**10.** Note-se, no entanto, que por se tratar de análise especializada, em optando pela não adoção das orientações aqui expostas, as demais áreas devem fazê-lo de forma motivada e justificada, sob pena de, em afastando a fala jurídica, incorrer em erro grosseiro; como bem preceitua a norma vigente.

**11.** Em tempo, cumpre destacar que em recente pronunciamento em decisão Plenária do Tribunal de Contas da União (Acórdão 2599/2021), o Ministro Bruno Dantas rememorou jurisprudência já produzida pela Corte, onde ficou explicitada a necessidade de alinhamento e complementação de conhecimento e competência entre as áreas que compõe os órgãos públicos. Especificamente quanto à relação entre a atuação jurídica e a atuação das demais áreas, o Ministro Bruno Dantas ressaltou que embora tenha caráter não vinculativo, a manifestação jurídica deve ser considerada pelas demais áreas, e o seu afastamento, parcial ou integral, deve ser devidamente motivado e justificado, sob pena de responsabilização do agente, perante a corte de contas, por erro grosseiro.

**12.** Segundo Dantas, a jurisprudência do TCU tipifica como erro grosseiro, nos termos do art. 28 da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro

**ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**

**DIRETORIA JURÍDICA**

(LINDB), a decisão do gestor que desconsidera, sem a devida motivação, o parecer da consultoria jurídica, conforme o seguinte enunciado da jurisprudência selecionada:

Para fins de responsabilização perante o TCU, pode ser tipificada como erro grosseiro (art. 28 do Decreto-lei 4.657/1942 - Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro) a decisão do gestor que desconsidera, sem a devida motivação, parecer da consultoria jurídica do órgão ou da entidade que dirige. Tal conduta revela desempenho aquém do esperado do administrador médio, o que configura culpa grave, passível de multa." (Acórdão 1264/2019-TCU-Plenário, rel. Ministro Augusto Nardes).

**13.** Cabe registrar que a presente manifestação toma por base, exclusivamente, os elementos que constam até a presente data neste protocolado, bem como não há reanálise acerca dos atos praticados anteriormente. Destaca-se, também, que a DJU não tem atribuição para proceder auditoria em todos os atos praticados na presente instrução processual, portanto, cabendo tal atribuição aos órgãos de controle, internos e externos.

**14.** Em arremate, registre-se que a presente análise jurídica dar-se-á à luz das normas constantes na Lei no 13.303/2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, e no Regulamento de Licitações e Contratos da APPA (RILC).

**III – Análise geral da contratação direta através de inexigibilidade**

**15.** Em que pese a contratação direta esteja expressamente prevista no RILC da APPA e na Lei nº 13.303/2016, a modalidade de inexigibilidade de licitação impõe a observância de diversos requisitos de ordem formal, em razão da rigidez imposta à Administração pelo legislador, notadamente porque foge à regra da licitação,

**ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**

**DIRETORIA JURÍDICA**

que, na maioria das vezes, é o meio contumaz a se garantir a melhor compra e a lisura deste procedimento.

**16.** Apesar disso, em algumas situações, não é factível realizar todas as etapas de um procedimento licitatório, pois não há como haver competição entre empresas.

**17.** No âmbito da APPA, o RILC trata como inexigibilidade:

**Inexigibilidade**

Ocorre perante uma determinada circunstância que impede o caráter competitivo numa eventual disputa, tornando-se, assim, inexigível a licitação. As situações que ensejam a inexigibilidade de licitação não estão todas expressamente previstas em Lei, no entanto, pode a Autoridade Competente justificadamente deixar de realizar a licitação quando devidamente caracterizada a impossibilidade de se estabelecer a competição.

**18.** Da mesma maneira, o legislador descreveu a inexigibilidade como sendo o procedimento adotado nos casos em que não há como se lançar uma competição, veja:

Art. 30. A contratação direta será feita quando houver inviabilidade de competição, em especial na hipótese de:

I - **Aquisição de materiais, equipamentos ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo;**

II - Contratação dos seguintes serviços técnicos especializados, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

- a) estudos técnicos, planejamentos e projetos básicos ou executivos;
- b) pareceres, perícias e avaliações em geral;
- c) assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias;
- d) fiscalização, supervisão ou gerenciamento de obras ou serviços;
- e) patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas;

**ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**

**DIRETORIA JURÍDICA**

- f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;
- g) restauração de obras de arte e bens de valor histórico.

**19.** Da leitura do dispositivo supra transcrito, denota-se que a normativa se preocupou em subdividir a contratação por inexigibilidade em duas: (i) materiais, equipamentos ou gêneros que só podem ser fornecidos por determinado produtor, empresa ou representante comercial e (ii) a contratação de serviços técnicos especializados, com profissionais ou empresa de notória especialização.

**20.** Sob esse prisma, ao proceder a escolha da modalidade licitatória, a CPLC vislumbrou que o objeto pode ser contratado de forma direta, com fulcro no art. 30, inciso I, da Lei nº 13.303/2016, ou seja, através de inexigibilidade de licitação, aquisição de materiais, equipamentos ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo.

**21.** A mesma previsão consta no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da APPA:

**Seção II - Da Inexigibilidade de Licitação**

**Art. 77** A contratação direta, por inexigibilidade, será feita quando houver inviabilidade de competição, em especial nas hipóteses de:

I - aquisição de materiais, equipamentos ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo;

II - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

**22.** Quanto ao ponto, vale destacar trecho das informações contidas no Termo de Referência, que denotam a exclusividade da empresa sobre os itens que se pretende contratar:



**ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**

**DIRETORIA JURÍDICA**

**2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO**

2.1. A pesquisa de preços para que a Administração possa avaliar os custos de suas contratações constitui-se em elemento fundamental para instrução dos procedimentos de aquisições de bens e contratação de serviços, estando prevista em várias disposições legais e sua obrigatoriedade é reconhecida por diversas jurisprudências. Essa fase de pesquisa de mercado quase sempre é demorada, pois implica numa criteriosa busca de preços perante as empresas do ramo do objeto pretendido e em diversos sites da Administração Pública. Assim, vários contatos precisam ser mantidos para que se consiga finalizar a pesquisa, especialmente quando diz respeito a contratação de serviços ou do objeto com poucos fornecedores no mercado.

2.2. Tal dificuldade faz com que a pesquisa de preços se apresente como um entrave para a celeridade na tramitação dos procedimentos de contratação e prorrogação. Ademais, a realização de pesquisas de preços visando o estabelecimento do valor estimado ou máximo da contratação atende ao princípio de economicidade e é obrigação legal. Deve haver fidedignidade, ou seja, o valor estabelecido necessita estar de acordo com a realidade de mercado, sob pena de trazer ineficiência ao certame licitatório. Sendo superestimado, trará valores desvantajosos, estando aquém dos preços praticados, restringirá a competição e poderá conduzir ao fracasso na licitação ou à inexecução do contrato.

(...)

2.6. Vale registrar que o Tribunal de Contas da União – TCU (possui contrato através de inexigibilidade de licitação) e o Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE/PR, dentre outros órgãos da administração pública das diversas esferas, utilizam a referida ferramenta.



**ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**

**DIRETORIA JURÍDICA**

**23.** Inclusive, a empresa em comento apresentou **atestado de exclusividade**, da Associação Brasileira das Empresas de software conforme se verifica no excerto abaixo colacionado:

**CERTIDÃO Nº 250213/43.072 – página 1 de 9**

**ABES – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS EMPRESAS DE SOFTWARE**

**CERTIFICA**

para os devidos fins e a quem possa interessar, que de acordo com seus dados cadastrais a empresa **NP TECNOLOGIA E GESTÃO DE DADOS LTDA.** inscrita no CNPJ sob o nº 07.797.967/0001-95, Inscrição Estadual sob o nº 90547068-01, com sede R. Izabel a Redentora, nº 2356 – Edf. Loewen, Sala 117 – Centro - CEP: 83.005-010 – São José dos Pinhais/PR, associada na ABES sob o nº 4463/1, está quites com suas obrigações mensais e em pleno gozo de seus direitos associativos.

**CERTIFICA** mais, que documentos devidamente firmados em seu poder atestam:

- 1) 1) QUE a empresa **NP TECNOLOGIA E GESTÃO DE DADOS LTDA** é a única *desenvolvedora e detentora dos direitos autorais e de comercialização*, autorizada a comercializar em todo território nacional o programa para computador **BANCO DE PREÇOS** destinado à prestar os serviços relativos a esse programa.

**24.** Logo, a situação em análise se amolda perfeitamente na hipótese delineada acima. Destarte, tendo em vista a exclusividade da empresa para prestação dos serviços pretendidos pela APPA, entende-se que resta evidenciada a inviabilidade de competição.

**25.** Por fim, deve-se apontar que, de acordo com o §3º do artigo 30 da Lei 13.303/16, deve estar presente a justificativa do preço para contratação que, neste caso, pode ser aferida pelas cópias dos contratos firmados e/ou notas fiscais emitidas

**ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**

**DIRETORIA JURÍDICA**

pela empresa a ser contratada, demonstrando os valores praticados para outros contratantes dos mesmos serviços, comprovando que o preço a ser suportado pela APPA é compatível com o valor exigido de outros entes públicos ou privados.

**26.** Conforme consta na proposta anexada ao protocolo, o valor cobrado da APPA é **R\$ 12.300,00** (doze mil e trezentos reais):

1. INVESTIMENTO ESPECIAL PARA CONTRATAÇÃO:				
PRODUTO	LICENÇA*	USUÁRIOS*	VALOR UNITÁRIO	INVESTIMENTO
LICENÇA 	1	1	R\$ 12.300,00	R\$ 12.300,00
<small>Resguardado direito ao reajuste na prorrogação da contratação. *LICENÇA: número de acessos simultâneos ao sistema. *USUÁRIO: são os perfis de acesso não simultâneos.</small>				

**27.** Outrossim, a justificativa do preço foi devidamente comprovada através das notas fiscais/de empenho juntadas ao protocolo, conforme se verifica a seguir:

HISTÓRICO
SERVIÇOS PRESTADOS NA ESPECIALIDADE DE FORNECIMENTO DE ASSINATURA DE FERRAMENTA DE PESQUIUSA E COMPARAÇÃO DE PREÇOS PRATICADOS PELO ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.
Despesa vinculada a: Recursos não Vinculados de Impostos
VALOR EMPENHADO
R\$ 15.375,00

Figura 1 - Nota de empenho nº 17/2025. Prefeitura Municipal de Mulungu do Morro.

**ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**

**DIRETORIA JURÍDICA**

Objeto Resumido						
VALOR QUE SE EMPENHA PARA CONTRATAÇÃO DE ASSINATURA ANUAL DE ACESSO À FERRAMENTA DE PESQUISAS DE PREÇOS PRATICADOS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CONFORME TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2025 PROCESSO LICITATORIO N 001/2025.						
Itens do Empenho						
Item	Qtde.	Unid. med.	Cód.	Material/Serviço/Subdetalhamento	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
Total dos itens:						R\$ 0,00
Desconto:						R\$ 0,00
Valor deste empenho:						R\$ 15.375,00
Total de retenções indicadas a efetuar:						R\$ 0,00
VALOR LÍQUIDO:						R\$ 15.375,00

Figura 2 - Nota de empenho nº 6/2025 - Prefeitura Municipal de Pombos.

Histórico...: Valor que se empenha para fazer face às despesas com A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PESQUISA E COMPARAÇÃO DE PREÇOS NO SISTEMA ONLINE DO BANCO DE PREÇOS COM BASE NOS PREÇOS PRATICADOS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA REFERENTE AOS RESULTADOS DE LICITAÇÃO ADJUDICADOS E HOMOLOGADOS DE INTERESSE DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DESTES MUNICÍPIO, CONFORME CONTRATO DE N° 220101IN/2025 DECORRENTE DA INEXIGIBILIDADE DE N°001/2025.						
Item	Quantidade	Unid.	Código	Especificação da despesa	Valor unitário	Valor total (R\$)
001	1,0000	UNIDAD	020074	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	15.375,00	15.375,00

Figura 3 - Nota de empenho nº 22010002. Governo Municipal de São Raimundo do Doca Bezerra.

**28.** Portanto, verifica-se que os valores acostados nas notas de empenho são **maiores** do que o valor cobrado da APPA, estando o preço devidamente justificado.

**29.** Além disso, destaca-se que foi anexada a competente Declaração de Adequação Orçamentária:

Identificação das Despesas: 3000262 – Serviços de Assinaturas e Clipping  
Valor Total: R\$ 12.300,00 (doze mil e trezentos reais).  
Centro de Custo: 1050104 – Gerencia Administrativa.  
Início estimado da Execução Financeira: 04/2025.  
Fim estimado da Execução Financeira: 04/2026.

**ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**

**DIRETORIA JURÍDICA**

**30.** Por fim, verifica-se que a Minuta Contratual anexada ao protocolo está em consonância com os ditames da Lei nº 13.303/2016 e com o Regulamento Interno de Licitações e Contratos da APPA,

**IV - Eventual necessidade de autorização para a abertura da licitação pelo CONSAD**

**31.** Devidamente analisado o cumprimento dos requisitos legais e regulamentares para a contratação em tela, torna-se possível ao gestor avaliar a conveniência e oportunidade da contratação.

**32.** Caso conclua por deflagrar a licitação pretendida, não se faz necessário que o Diretor Presidente envie o presente protocolado para apreciação do Conselho de Administração da APPA – CONSAD. Conforme consta no item “7” da Ordem do Dia da Ata da 72ª reunião do CONSAD, realizada em 28 de agosto de 2020, a alçada de deliberação pela Diretoria Executiva foi aumentada para R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais):

“O Conselho de Controle das Empresas Estatais – CCEE, editou Deliberação Normativa nº. 003/2019, que prescreve os seguintes percentuais e atribuições: “... Art. 6º -A competência para deliberar sobre a celebração de quaisquer negócios jurídicos, incluindo aquisição, alienação ou oneração de ativos, a obtenção de empréstimos e financiamentos, a assunção de obrigações em geral e a associação com outras pessoas jurídicas, deverá ser atribuída: .... IV – Ao Conselho de Administração, quando o valor envolvido for superior a 2% do Capital Social integralizado da Companhia. Diante disso, os membros do CONSAD decidiram utilizar como referência o valor equivalente a 1% (um por cento) do Capital Social da APPA, sendo deliberado o valor de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) como nova Regra de Alçada da Diretoria Executiva para as futuras contratações da Portos do Paraná e que não haverá mais necessidade de deliberação e aprovação de pedidos de reajustes contratuais que tiverem previsão expressa nos contratos administrativos.”

**ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**

**DIRETORIA JURÍDICA**

**33.** No presente caso, considerando que consoante informações prestadas pela CSUPR, o valor máximo estimado para a contratação é de **R\$ 12.300,00** (doze mil e trezentos reais), **não é necessária a aprovação pelo CONSAD.**

**34.** É a fundamentação.

**III – CONCLUSÃO**

**35.** Ante o exposto, conclui-se que o procedimento tramitou regularmente, opinando-se pela possibilidade de deferimento da contratação por inexigibilidade de licitação da empresa **NP TECNOLOGIA E GESTÃO DE DADOS LTDA**, com o valor de **R\$ 12.300,00** (doze mil e trezentos reais), para fornecimento de assinatura anual para acesso à sistema/ferramenta de pesquisa e de comparação de preços praticados no âmbito do Setor Público, para fins de subsidiar, com relatórios gerados por esse meio, os processos de aquisição de bens e contratação de serviços gerais, da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina – APPA, para o período de 12 (doze) meses.

**36.** É a conclusão.

Paranaguá/PR, datado e assinado eletronicamente.

**Rodrigo Lascosk Biscaia**  
Coordenador Tributário e Ambiental

**Vitória Mass Spisila**  
Coordenadora De Licitações e Contratos

**ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**

DIRETORIA JURÍDICA

**Mateus Do Nascimento Eduvirges**

Analista Portuário - Advogado

**Rodrigo Di Piero Mendes**

Procurador Jurídico Consultivo

**Marcus Vinicius Freitas Dos Santos**

Diretor Jurídico



**COMUNICAÇÃO INTERNA 2580/2025.**

Documento: **Parecern078.20251000000195Inexigibilidadedelicitacao.CartadeExclusividade.CSUPR.Licencadesoftware..pdf.**

Assinatura Avançada realizada por: **Rodrigo Di Piero Mendes (XXX.420.919-XX)** em 10/04/2025 11:25, **Mateus do Nascimento Eduvirges (XXX.429.269-XX)** em 10/04/2025 11:44 Local: APPA/DJU.

Assinatura Simples realizada por: **Rodrigo Lascosk Biscaia (XXX.885.239-XX)** em 10/04/2025 10:21, **Vitoria Mass Spisila (XXX.221.968-XX)** em 10/04/2025 10:34, **Marcus Vinicius Freitas dos Santos (XXX.176.789-XX)** em 10/04/2025 13:14.

Inserido ao documento **1.384.404** por: **Rodrigo Lascosk Biscaia** em: 10/04/2025 10:21.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:

**<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento>** com o código:

**7a1ba302cba9acb53b9c64231e6dd4c2.**